

Prosperidade na Apagônia

Rogério L. Furquim Werneck*

Não faz muito tempo a palavra *apagão* tinha acepção muito precisa. Significava tão-somente interrupção no fornecimento de energia elétrica. Nos últimos anos passou a ter conotação mais versátil. Com amplo respaldo da mídia, vem sendo usada para designar panes na provisão de um leque variado de serviços, quase sempre em decorrência de deficiências diretas ou indiretas de ações do governo. Além da acepção clássica, fala-se agora em apagão do gás, do transporte aéreo, dos portos, do sistema rodoviário e da segurança pública. E até mesmo em apagão da emissão de passaportes. Essa conotação mais ampla que a palavra adquiriu não foi surpreendente. Adveio do espaço crescente que apagões de toda espécie vêm ocupando no debate econômico do País, trazendo sérias dúvidas sobre as reais possibilidades de crescimento da economia.

A crise do controle de tráfego aéreo, que voltou às manchetes na semana passada, teve de se arrastar por nove longos meses até que o governo, afinal, se dispusesse a reconhecer que estava diante de um quadro de “extrema gravidade”. O que não significa que, afinal, os problemas estejam sendo devidamente enfrentados. A insuficiência do quadro de controladores, a falta de equipamentos adequados e a problemática inserção do serviço de controle de tráfego aéreo no Ministério da Defesa permanecem sem equacionamento convincente.

Mas as panes periódicas que agora acometem o transporte aéreo do País, impondo perda colossal de eficiência à economia, parecem ser apenas a manifestação mais contundente de um apagão maior de gestão que hoje perpassa boa parte do processo decisório em Brasília. A cúpula do governo mostra todas as deficiências de uma equipe de segunda linha que se viu de repente alçada a posições de grande responsabilidade, na esteira do avassalador descabeçamento por que passou o PT nos últimos anos.

Deslumbrado com os bons resultados da política macroeconômica do primeiro mandato – a que se opôs enquanto pôde – e com as amplas possibilidades que as condições excepcionalmente favoráveis da economia mundial vêm propiciando, o ministro da Fazenda apressou-se a associar a crise do transporte aéreo ao quadro de prosperidade que hoje se vive. Mais razoável seria indagar quanto sobrarão dessa herança de prosperidade – que o ministro ainda não conseguiu dissipar –, se governo continuar mostrando o mesmo grau de competência que vem exibindo até agora no

enfrentamento do vasto espectro de potenciais apagões que hoje ameaçam a continuidade do crescimento no País.

Especialmente preocupante é o que vem ocorrendo com os investimentos em geração de energia elétrica. Depois de ter sido usado como navio-escola por boa parte do primeiro mandato, o setor elétrico acabou submetido pelo governo a um modelo peculiar que, mesmo diante de um quadro cada vez mais nítido de excesso de demanda de energia nos próximos anos, parece incapaz de induzir expansão adequada da oferta. A resposta dos investimentos em usinas hidrelétricas tem sido particularmente tímida. E os investimentos em térmicas vêm sendo afetados pela incerteza acerca do suprimento de gás. Nem mesmo a geração a partir do bagaço de cana – que se afigura bastante promissora e, a esta altura, poderia salvar a cena – o modelo está conseguindo deslanchar. Tendo em vista o vigor da expansão da demanda, o País pode ter de enfrentar um quadro grave de escassez de energia ainda no atual mandato presidencial.

Preocupa também a falta de empenho do governo na adoção de medidas que possam se traduzir em alívio efetivo da sobrecarga crescente a que vem sendo submetidos o sistema portuário e a malha rodoviária do País, exacerbada agora pelo escoamento de mais uma safra recorde. Os investimentos que poderiam fazer face ao apagão logístico avançam com muito mais dificuldade do que seria possível se o governo se livrasse de visões preconceituosas, que ainda pautam a delimitação do espaço para investimento privado nessas áreas.

Por último, é preciso lembrar de apagões ainda mais complexos, como o que vem afetando os serviços de segurança pública em todos os níveis. A gravidade da crise de segurança no País já não deixa qualquer espaço para que o governo, esquecendo promessas de campanha, fique tentado a deixar que o ônus de lidar com esse enorme apagão seja todo lançado nas costas dos Estados.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.